

Espaços públicos na São Paulo contemporânea: manifestações populares e a Avenida Paulista

Public spaces in the contemporary São Paulo: popular demonstrations and Paulista Avenue

Espacios públicos en la São Paulo contemporânea: manifestaciones populares y la Avenida Paulista

Julia Lopes Pereira¹

Orientadora: Profa. Dra. Ana Castro (FAU-USP)

Pesquisa e texto desenvolvidos junto à disciplina de graduação cursada em 2016 na FAU-USP

A Avenida Paulista reside no imaginário paulistano como um espaço democrático e popular. As manifestações que tomaram as ruas da cidade, especialmente a partir de junho de 2013, fizeram crescer um discurso de confirmação da Avenida como um espaço que, na contramão dos processos segregadores da metrópole contemporânea, consegue manter seu caráter público, de expressão e debate popular. Entretanto, as mais recentes manifestações que ocupam a Avenida, guardam uma relação mais próxima às alas conservadoras da sociedade - afastando-se dos ideais de direito à cidade e inclusão de diferentes classes sociais naquele espaço. Este artigo questiona, portanto, se apesar do senso comum paulistano identificar a Avenida como um espaço de convivência de diversidades, ela não permanece, desde sua fundação, como um espaço, essencialmente, da elite.

Palavras-chave

espaços públicos; manifestações populares; Avenida Paulista.

Paulista Avenue resides in São Paulo's imaginary as a democratic and popular space. The demonstrations that took the streets of the city, especially from June of 2013, reinforced a narrative that confirmed the Avenue as a space that, against the segregating processes of the contemporary metropolis, manages to maintain its public character, expression and popular debate. However, the most recent demonstrations occupying the Avenue are more related to the conservative wings of society - moving away from ideals of equal right to the city and inclusion of different social classes in that space. This article therefore questions whether, despite the common sense of São Paulo, identifying the Avenida as a space for the coexistence of diversities, it has not remained, since its foundation, essentially as a space for the elites.

Keywords

public spaces; popular demonstrations; Paulista Avenue.

La Avenida Paulista se encuentra en la imaginación de São Paulo como un espacio democrático y popular. Las manifestaciones que salieron a las calles de la ciudad, sobre todo a partir de junio de 2013, han aumentado un discurso que confirma la Avenida como un espacio que, en contra de los procesos de segregación de la metrópolis contemporánea, puede mantener su carácter público, la expresión y el debate popular. Sin embargo, las más recientes manifestaciones que toman la avenida, guardan una relación más estrecha con el ala conservadora de la sociedad - lejos de los ideales del derecho a la ciudad y la inclusión de diferentes clases sociales en ese espacio. Este artículo cuestiona, por lo que si a pesar el sentido común paulistano identificar la Avenida como un espacio habitable de la diversidad, se ella no se mantiene, desde su fundación como un espacio esencialmente de elite.

Palabras-clave

espacios públicos; manifestaciones populares; Avenida Paulista.

1. Introdução

Em função da onda de manifestações populares que ganha força no cenário nacional desde as chamadas Jornadas de Junho, em 2013, tem se tornado cada vez mais potente a interpretação da saída da população para as ruas como a tomada de consciência capaz de reapropriar e ressignificar os espaços da cidade. Por meio da leitura de textos clássicos que tratam das relações sociais no contexto urbano, dos processos de formação da cidade moderna, e das lutas pelo direito à cidade, em conjunto com textos atuais que tentam traçar um cenário de explicações para as manifestações recentes, entende-se que o contexto enfrentado pela cidade de São Paulo atualmente tem como premissa adicional uma inegável relação entre movimentos sociais, ação coletiva e os processos de produção do espaço (OLIVEIRA, 2011).

Entende-se o espaço como local de construção social, uma vez que ele não somente determina modos de produção de uma sociedade, mas, também, a ação de agentes locais e de suas múltiplas relações com a própria cidade (LEFEBVRE, 1969). Apesar disso, em função de diversos fatores, como a vida contemporânea acelerada, e certa alienação gerada pela financeirização das atividades do dia a dia, tem-se observado um perigoso afastamento entre a população e seu papel social na construção e uso dos espaços urbanos. A cidade moderna, na verdade, passa a se caracterizar muito mais como um espaço de constante interação entre grupos sociais onde as diferenças e os conflitos sociais se intensificam e ganham maior visibilidade e dramaticidade (FRÚGOLI JR, 2000). Tanto na Paris de Haussmann (historicamente ancorada como primórdio da modernização urbana) como na São Paulo contemporânea, as classes mais baixas

são constantemente retiradas de seus antigos espaços, passando a circular intensamente por todo o tecido urbano sem, de fato, pertencer a lugar algum. Percebe-se uma certa experiência da cidade moderna que se repete, a partir do descolamento da população para com os espaços da cidade, potencializando as sensações - e relações - de não pertencimento, por uma grande parcela dessa população.

O processo de industrialização, motor das grandes transformações pelas quais as cidades passaram a partir do final do século XIX, é um ponto definitivo na temática urbana e no entendimento da cidade e da sociedade moderna. Contemporaneamente, um dos resultados dessa nova ordem urbana é o processo de globalização que enfatiza, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais e reafirma o poder das classes dominantes no processo de formação e consolidação das cidades (HARVEY, 2008). A cidade moderna é, sob essa ótica, construída de acordo com os interesses e necessidades do capital e, conseqüentemente, das classes dominantes transformando São Paulo, assim como tantas outras, numa cidade partida²: existe uma tendência de separação espacial entre as classes populares e as classes médias e estratos superiores, representada pelas diferentes formas de apropriação social dos espaços públicos por cada uma dessas camadas.

Atualmente, se observa a sobreposição centro-periferia com o artifício de enclaves fortificados - que vão de muros e tecnologias de segurança, até símbolos sociais, que garantem a separação entre incluídos e a periferia. Enclaves que funcionam como meio de manutenção da lógica de segregação que controla quem pode ou não frequentar (e usar) certos espaços da cidade: ao mudar o caráter do espaço público, restringem o acesso e a livre cir-

culação de todos os cidadãos e, dessa maneira, mesmo locais públicos da cidade se inserem em um quadro metropolitano segmentado e excludente (CALDEIRA, 2000; FRÚGOLI JR, 1995).

No caso de São Paulo, a Avenida Paulista se configura como um espaço bastante ambíguo dentro desse contexto de relações. Por um lado, no momento de sua inauguração, no final do século XIX, a avenida representou um espaço de prestígio, rapidamente escolhido como zona residencial das altas camadas da sociedade paulistana - mantendo até os dias de hoje proximidade com as elites da cidade -, subcentro da metrópole e agenciado em particular pelo capital financeiro; ao mesmo tempo, a avenida também representa, para a cidade, sobretudo hoje, o símbolo de um espaço democrático e acolhedor, palco de celebrações políticas, esportivas e culturais, protestos e atos públicos (FRÚGOLI JR, 2000). Da mesma maneira, também são ambíguas as atuais relações entre a população e esse espaço da cidade. Em junho de 2013, por exemplo, observou-se uma dupla atitude por parte dos manifestantes, já que, ao mesmo tempo em que se foi às ruas reivindicar o direito pela circulação e pelos espaços da cidade, houve também certo entendimento da presença de uma injustiça social, responsável pela segregação espacial dentro da cidade, e que precisava ser questionada a partir dessas manifestações populares. Por outro lado, observa-se um crescente movimento de apropriação, por camadas mais conservadoras, dos novos meios, e espaços, de protestos configurados a partir de junho de 2013.

Enquanto manifestações de direita ganham espaço, questiona-se até que ponto a Avenida Paulista continua reafirmando seu caráter elitista dentro da capital - fica claro que a ocupação de tal espaço não é similar ao se analisar, por exemplo, as diferentes relações entre manifestantes e a polícia no auge de 2013, em oposição às manifestações de 2016, convocadas pelo MBL e Vem pra Rua, pedindo o impeachment de Dilma Rousseff. Apesar de se configurar como símbolo da cidade, local de encontro de diferentes tribos e gerações, até que ponto a Avenida Paulista é, de fato, um espaço público democrático dentro de uma sociedade ainda tão marcada por desigualdades?

2. Da fundação à consolidação da cidade: a construção simbólica da Avenida Paulista

Pode-se dizer que a história da cidade de São Paulo é marcada por uma série de construções imagéticas e significativas. A começar por sua fundação,

em meados do século XVI, definida a partir da celebração de uma missa, um ato puramente simbólico. Durante um processo de expansão lento dessa aglomeração e de sua realidade, vários foram os momentos em que se escolheram determinadas imagens para caracterizar e dar vida à cidade: o entroncamento de caminhos utilizados pelas populações antigas foi, aos poucos, ressignificado e afastado do caráter indígena e rural que ele representava. Foi especialmente a partir da independência do Brasil que São Paulo ganha ainda mais destaque no cenário político e econômico nacional: a cidade aproxima-se da capital, funda a Academia de Direito (1827), hoje Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e apesar do curto período de circulação, aparece o primeiro jornal, chamado “O Paulista” (1823). Era, de fato, o momento em que a percepção urbana sobre a cidade ganhava força.

Especialmente a partir da década de 1870, em função de inúmeros fatores econômicos, políticos e sociais, o crescimento da aglomeração de São Paulo é ainda mais significativo (AZEVEDO, 1958). Durante a gestão de João Teodoro (1872-1875), observa-se pela primeira vez a tomada de consciência da necessidade de transformar a cidade a fim de potencializar seu crescimento e afirmação como centralidade - partindo de uma visão de que os investimentos públicos seriam capazes de atrair investimentos privados, incrementando ainda mais a economia paulistana. Em função da expansão da cultura cafeeira pelo interior do estado, implanta-se uma rede ferroviária que tinha como núcleo o percurso São Paulo-Santos, e que foi um fator fundamental para a consolidação de novas estradas e para impulsionar o desenvolvimento de novos bairros na cidade.

As expansões econômica e espacial de São Paulo caminharam lado a lado, uma vez que o aumento dos negócios ocorridos no e a partir do comércio cafeeiro levou muitas pessoas a fixar residência na capital, como fazendeiros, empresários, comerciantes e industriais, assim como muitos imigrantes que tentavam a sorte em alguma atividade assalariada ou no pequeno negócio³. Assim, “a expansão física e econômica da cidade renovava sua fisionomia, revigorada pelo desenvolvimento do comércio, da indústria e do mercado financeiro gestado no ordenamento capitalista da cafeicultura” (PEREIRA, 2004, p.13), fazendo surgir os primeiros indícios cosmopolitas heterogêneos, tão marcantes na cidade de São Paulo até os dias de hoje.

A industrialização e a urbanização se constituíram como fundamentais no processo de repro-

dução do capital que, na maioria das vezes, envolvia estratégias de valorização do produto imobiliário. É nesse contexto que, em 1891, é inaugurada a Avenida Paulista, empreendimento de um grupo de empresários liderados pelo engenheiro Joaquim Eugênio de Lima - este que também havia participado de processos de arruamento e loteamento de vários outros bairros da cidade (FRÚGOLI JR, 2000). O projeto de abertura da avenida vinha de encontro ao desejo das elites de construir algo que demonstrasse a dimensão do crescimento econômico que a atividade agrária, industrial, e comercial, tomou, trazendo uma nova realidade para a cidade (PEREIRA, 2004), mais do que isso, representava “a realização do desejo de inovação, que pudesse combinar o talento e a energia ambiciosa de uma cidade em ascensão” (LIMENA, 1996, p.46).

De certa maneira, a Paulista nasce sob o argumento da modernidade e da busca por uma imagem da / e sobre a cidade, capaz de representar os novos ares cosmopolitas e a grande diversidade que passava a fazer parte do cotidiano paulistano. Desde esse momento, portanto, já se entendia a avenida como um cartão postal da cidade, subordinando-se à função simbólica da representação (LIMENA, 1996); porém, também desde o início ela se conformava como um espaço dedicado para uma camada bem definida da sociedade.

As terras da Paulista destinavam-se a abrigar moradias de segmentos de alto poder aquisitivo da sociedade paulistana da época e foram ocupadas, em meados de 1929, por fazendeiros de café, responsáveis pela “tomada inicial do espigão central” e por novos imigrantes enriquecidos por atividades diversas, que não a agricultura. Percebe-se, durante todo o processo de urbanização de São Paulo, uma diferença em relação à apropriação dos espaços da cidade: de um lado, nos loteamentos e áreas nobres, instalavam-se as elites e, de outro, restava para a população de classes mais baixas as terras dos subúrbios. Além disso, existe uma marcante disparidade entre as infraestruturas estabelecidas nas diferentes regiões da cidade:

Inicialmente fruto de um empreendimento imobiliário, desde o início a Paulista foi, na condição de bairro elegante e restrito, alvo de investimentos privilegiados do poder público, que definiu para a região padrões de vias, lotes e construções superiores a qualquer área urbana e dotou o local de obras e serviços públicos como o bonde (em 1900), o asfalto (em 1908), além das obras que originaram o Parque Trianon. (FRÚGOLI JR, 2000, p.115)

Nesse período, as problemáticas habitacionais se agravavam, na medida em que a população de mais baixa renda acabava por se concentrar em áreas cuja topografia era irregular, ou em terrenos sujeitos a enchentes devido à proximidade com os rios. Junto a isso, no final do século XIX o rápido aumento da população gerou um cenário de precariedade no abastecimento de água e nos transportes - serviços que estavam concentrados nos bairros de alta renda - além de doenças que se espalhavam em função do acúmulo de pessoas em regiões que não as comportavam, como nos bairros da região central. Assim, os loteamentos em terrenos mais altos eram cada vez mais valorizados, sobressaindo-se os interesses das camadas mais ricas.

Em toda a trajetória de ocupação de São Paulo pela elite paulistana, portanto, houve um deslocamento do centro para a porção sudoeste da cidade [...] à procura de terrenos mais altos e saudáveis. E subindo sempre, alcançaram o alto do espigão, onde se instala, acompanhando-o fielmente, a Avenida Paulista. Já então a progressão cafeeira se interrompera, as novas fortunas saem da indústria e do comércio quase todos em mãos de estrangeiros, imigrantes enriquecidos nesta Canaã americana: a Avenida Paulista será o bairro residencial dos milionários desta nova fase da economia paulista. (PRADO JR., 1975, p.103).

É importante destacar, por exemplo, que a implantação da avenida foi fundamental para garantir a urbanização das áreas dos “Jardins”, a partir das alamedas transversais e paralelas à Paulista, consolidando operações imobiliárias altamente rentáveis para seus empreendedores (LIMENA, 1996) - e, a altíssima valorização desses bairros dentro da cidade permanece inalterada até os dias de hoje.

Mas, se no momento de inauguração da Paulista ela se colocava como representação da realidade econômica da cidade, servindo de referência como área residencial da elite, esse quadro teve uma duração relativamente curta, uma vez que nas décadas seguintes, mudanças significativas atingiram sua configuração, assentadas em novas bases sociais (FRÚGOLI JR, 2000). A década de 1930 foi um momento de grandes transformações para São Paulo, caracterizado pela passagem de sociedade tradicional agroexportadora a sociedade industrial. O processo de metropolização da capital paulista se apressava a partir da diversificação dos interesses econômicos, da consolidação do poder da nova burguesia industrial e da expansão da classe média, motivada pelo consumo e pela pos-

sibilidade de ascensão social.

O período entre 1940 e 1970 representa o processo de renovação da edificação da Paulista: os casarões ecléticos dariam espaço a edifícios de alto padrão, dando início à verticalização da avenida. A evolução do mercado de terras e do mercado imobiliário foi fundamental nesse momento e, além das mudanças no padrão habitacional, durante os anos 1950, começa a ocupação terciária que dá a cara da avenida até os tempos atuais⁴. É a partir de 1959 que a ocupação passa a ser efetivamente feita por edifícios para fins comerciais e um dos empreendimentos que marcou esse momento foi o Conjunto Nacional (1956), projeto do arquiteto David Libeskind. Sua organização em dois volumes, um horizontal, ocupando toda a quadra, com um centro de serviços e lazer, e um vertical, dividido entre os usos residencial e de escritórios, representou um novo espaço para o capital comercial e financeiro, e um marco para a arquitetura modernista brasileira. Tanto a presença, desde 1969, da Livraria Cultura, quanto a própria conformação espacial do projeto fizeram do Conjunto Nacional uma nova referência de espaço público na Avenida Paulista (FRÚGOLI JR, 2000).

Outro projeto significativo desse período é, sem dúvida, o do Museu de Arte de São Paulo, em 1968. Criado em 1947 por iniciativa de Assis Chateaubriand, e ocupando inicialmente a sede dos Diários associados na Rua Sete de Abril, tentou-se promover um convênio com a Fundação Armando Álvares Penteado que, por não se consolidar, tornou necessária a busca por um novo espaço para abrigar a coleção. O projeto de Lina Bo Bardi, responsável por outros importantes espaços culturais no país, para o museu conferiu para a avenida uma considerável relevância às futuras atividades culturais na região, assim como os múltiplos usos e apropriações dos 74 metros de vão livre do edifício.

Ao longo dos anos 1960 até 1980, vai se moldando o caráter cultural da avenida, devendo muito a projetos como o do Conjunto Nacional e do MASP, que abriram novas possibilidades de relação da população para com os espaços da avenida. Mesmo passando por diversas mudanças, a Paulista sempre manteve seu prestígio dentro da metrópole, como valor imobiliário e conjunto urbanístico - o que se nota é uma constante reinvenção de suas significações, assim como, a própria cidade, também enfrentava um constante ciclo de reformulações e expansões que passo a passo definiam o perfil da metrópole paulistana.

Sua nova imagem passaria a ser construída com novos elementos urbanísticos e paisagis-

ticos, oferecendo-se ao usuário como símbolos do progresso vertiginoso que a cidade experimentava. Novos significados foram acrescentados, ligados tanto à ideia de espaço privilegiado para a circulação de bens e pessoas, como a explicitação de novas formas de apropriação da Avenida [...]. A fixação dessas novas imagens seria fundamental para o discurso do desenvolvimento, devendo expressar o dinamismo e vitalidade da metrópole não apenas em termos de economia, mas também em termos de novas formas de estruturação e organização da cidade. (LIMENA, 1996, p.86)

3. Ambiguidades da metrópole: novas formas de apropriação do espaço urbano

Na metrópole que se destacou por um crescimento desordenado, precário e com grande inchaço populacional, as contradições e desigualdades sociais foram, gradativamente, se acirrando e delimitando um cenário de intensa luta pelo espaço urbano. Estabelece-se uma dinâmica urbana onde,

[...] na periferia, proliferam as indústrias, as favelas, os loteamentos clandestinos; no centro urbano, ocorre uma série de transformações, que implicam não apenas a reciclagem de uso dos espaços existentes, mas a destruição de muitos, para outras formas de ocupação, que vão se consolidando nas novas avenidas e bairros, habitados por uma classe média alta, servindo, ainda, para a instalação do poder econômico e financeiro. (LIMENA, 1996, p.110)

Sob a ótica do processo de concentração de renda, do desenvolvimento de novos padrões de consumo, e da potencialização das desigualdades, novos valores e signos urbanos implicam tensões do homem urbano metropolitano. Nesse sentido, James Holston, no livro “Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil” (2013), discute a existência de uma cidadania entrincheirada dos incluídos, e uma antagonica a essa, insurgente e dos moradores pobres das periferias. Ele aponta que, apesar dos esforços da cidadania entrincheirada de pressionar a cidadania oprimida, e a transformar em cidadania regulada - tornando os moradores da periferia consumidores pacificados dos espaços da cidade, a partir do momento em que deixam para trás maneiras tradicionais e coletivas de construção do espaço -, a partir dos anos 1970 tem-se intensificado a oposição entre essas cidadanias, em função da crescente disputa pelo espaço público das grandes cidades.

A partir dessa oposição, observam-se movi-

mentos de materialização da luta pelo direito à cidade, ou seja, manifestações de uma cidadania insurgente cujas raízes estão na luta pelo espaço urbano. Holston coloca que a luta pela democratização do solo urbano já acontece há décadas no Brasil, e faz um comentário também sobre os “rolezinhos”⁵, apontando que a juventude da periferia sempre foi um grande público freguês desses espaços. Percebe-se, em contraposição a isso, que as elites sempre tomaram o papel de reprimir as manifestações populares por conquista de espaço, e que, quando essa cidadania insurgente dos oprimidos se apresenta com tal articulação politizada, e se mostrando dona de sua própria vida, gera medo sobre as classes dominantes.

Mas, se nas décadas passadas a luta da cidadania insurgente se mostrava como uma questão de conquista do espaço como conquista da casa, por meio da autoconstrução e da luta por moradia, hoje, a questão se manifesta como uma luta por uma porção a mais da cidade, e que essa se dá em torno de um dos componentes fundamentais do espaço urbano: a livre circulação. No livro “Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo” (2000), Teresa Caldeira também aponta essa diferenciação, encontrando três momentos de expressão da segregação espacial na cidade de São Paulo: o primeiro, do início do século XX, que dizia respeito à segregação pela forma / falta de moradia; um segundo, no modelo de distinção entre centro e periferia, que teria durado dos anos 1940 aos 1980; e o terceiro momento, atual, no qual se observa a sobreposição centro-periferia com o artifício que a autora chama de enclaves fortificados - que vão de muros e tecnologias de segurança, até símbolos sociais, que garantem a separação entre incluídos e a periferia. Esses enclaves seriam, portanto, meios de manutenção da lógica de segregação que controla quem pode ou não frequentar (e usar) certos espaços da cidade: ao mudar o caráter do espaço público, restringem o acesso e a livre circulação de todos os cidadãos.

Em meio a essas novas relações e impasses, a Avenida Paulista manteve sempre sua imagem como espaço de apropriação, material e simbólica, de seus usuários, configurando-se como um lugar especial no contexto da cidade: público e privado vivem em constante choque em meio às mais diversas experiências individuais e coletivas que acontecem ali. É a multiplicidade de elementos e significados que possibilita a institucionalização da avenida como imagem-símbolo da cidade - a Paulista moderniza-se em sua modernidade, fazendo conviver as mais novas inovações arqui-

tetônicas com as referências ao passado que ainda marcam sua paisagem, tornando-se um espaço múltiplo - arquitetônico, cultural e socialmente (LIMENA, 1996).

Uma importante identidade atribuída à Paulista diz respeito à sua relação com artistas que, ao se apropriarem dos espaços da avenida com suas obras, revelavam um pouco das tensões da realidade social e da dimensão urbana que aqueles espaços representavam (LIMENA, 1996). A arte fazia-se presente de diferentes formas, tanto nas áreas de exposições do MASP e de outras galerias ou saguões de bancos, nos painéis de edifícios e das estações de metrô, e nos grafites que coloriram o Complexo Viário a partir dos anos 1980. O espaço que as abriga [as artes] não é vazio, linear e homogêneo, mas um campo de forças em tensões interativas e arranjos contingentes, que suscitam a imaginação do artista. Assim, se a Paulista dos primeiros tempos celebra, por meio de recursos estéticos, a história oficial, os novos tempos abrem caminho para outras formas de celebração: a do “eu” de cada trabalhador (e do artista), a do próprio objeto-arte, a das novas imagens do espaço-tempo (LIMENA, 1996).

Também nesse período ganham força as atuações de coletivos de arte que, por toda a cidade, engajam-se na tarefa de alterar o modelo vigente, no qual a população é sempre objeto em vez de sujeito, e por isso acaba sendo excluída da própria organização da cidade. A atuação desses coletivos, suas ações e intervenções urbanas propostas, geram “uma rede de afetos e significados e evidenciam a emergência de uma subjetividade política contemporânea que passa, necessariamente, por discutir e concretizar políticas de representação, relação, subjetivação e modos de vida alternativos aos impostos pelo neoliberalismo” (MUSSI, 2012, p.30). De tudo, a atuação desses coletivos se insere num momento de novos usos, grupos e práticas para a Paulista. Por meio da percepção de novas formas de sociabilidade, a avenida fica cada vez mais suscetível a novas formas de apropriação do espaço, uma vez que, “o cotidiano da Avenida, com seu ritmo, sua população e seus usos espelham um movimento que se desenvolve num mesmo espaço - o espaço urbano da obra e o espaço da festa -, refletindo a rua como espaço da experiência” (LIMENA, 1996). Aos poucos, as novas apropriações simbólicas e materiais da Paulista tornam esse espaço um marco para manifestações na cidade - movimentos culturais, artísticos, políticos, econômicos, religiosos, esportivos e de lazer - que trazem consigo o estabelecimento de uma nova

relação entre o espaço público e o espaço privado.

Nesse sentido, a Avenida Paulista poderia ser comparada ao *boulevard* parisiense. Essa espetacular inovação urbana do século XIX, ponto de partida para a modernização da cidade tradicional, produziria alguns efeitos notáveis. Criaria novas cenas e novos códigos, novos pontos de referência, uma nova realidade [...]. (LIMENA, 1996, p.130)

O caráter político das manifestações que passam a fazer parte do cotidiano da Paulista é quase uma resposta natural às problemáticas que o ambiente urbano promove – o *boulevard* também é pensado como um espaço que, em função das novas relações sociais da cidade moderna, força os homens a reagir politicamente (LIMENA, 1996). Assim, a Paulista foi palco de uma série de manifestações populares, greves gerais e bancárias, protestos dos sem-terra, o movimento das Diretas Já⁶. Entretanto, a primeira vez em que a Avenida Paulista foi a protagonista de um movimento político nacional, foi na década de 1990, durante o processo de *impeachment* do presidente Collor.

O movimento dos “caras pintadas”, como foi chamado, representou um momento de abrangente participação política no país e, em especial, da população mais jovem. Na época, aqueles que participavam das movimentações políticas acreditavam fazer parte de uma geração que, de fato, possuía consciência de cidadania, a partir de uma nova identidade cívica⁷. Mas, apesar de certas comparações e evocações da memória de 1968, os dois episódios de mobilização juvenil apresentam inúmeras diferenças, uma vez que o primeiro representou um real embate entre as forças do Estado militar e a oposição estudantil, enquanto que em 1992, os caras pintadas foram, na verdade, atores privilegiados em uma ampla mobilização da sociedade civil e política contra o governo Collor (MISCHE, 1997).

Se contrapusermos isso ao fato de que, na mesma época, a Paulista se tornava um espaço cada vez mais relacionado a usos públicos e de convivência, como o exemplo do próprio vão do MASP, faz sentido pensar que tenha sido essa a juventude que escolheu a Avenida Paulista como palco principal de suas manifestações⁸. Apesar da inicial diversidade de classes sociais que frequentam e usam a avenida, se são esses jovens da classe média um grande público frequentador dos museus e galerias, dos cinemas e bares da Paulista, além de possivelmente morarem na região, entende-se um contexto no qual os espaços de lazer e convívio se convertem para espaços de discussão e participação política.

4. A explosão das manifestações sociais: as Jornadas de Junho como novo paradigma

Por mais que se possa aproximar e apontar semelhanças entre as Jornadas de Junho e movimentos da história do Brasil, como o Diretas Já e o Fora Collor, os acontecimentos que se deram em junho de 2013 inauguram um novo momento no cenário político e social do país. As jornadas trazem novos modos de organização e contestação, sendo capazes de criar novos significados dentro da relação sociedade / governo, sociedade / cidade, etc. O surgimento de novas formas e agentes contestadores foi um fato político novo no contexto atual brasileiro, e, justamente por isso, tornou-se um momento tão complexo e múltiplo. Por ser algo tão novo e nunca antes vivenciado, o fervor das jornadas tornou-se um prato cheio de possibilidades de discussões acerca desse novo cenário social, político e urbano.

O Brasil, assim como outros países emergentes, chegou ao limite de uma inviabilidade crônica⁹ de suas grandes cidades, o que se pode observar facilmente na cidade de São Paulo. Anos de crescimento desregulado, pouca fiscalização e a tímida redução das desigualdades sociais, fizeram com que, hoje, o cenário das metrópoles brasileiras seja preocupante. Por mais que se venda a imagem de um país emergente em constante crescimento e desenvolvimento, pouco se caminhou no sentido de tornar as cidades lugares, de fato, mais integrados, coerentes e igualitários. Dentro desse contexto de crise, o problema na mobilidade urbana pode ser tomado como o estopim para início dos protestos.

Durante o processo de estruturação do sistema de transportes da cidade de São Paulo, por exemplo, apoiadas nos setores técnicos do Estado, as camadas mais altas da sociedade apoiaram a adoção do transporte individual – e tal fato se reflete claramente no cenário da mobilidade na região metropolitana da cidade. Assim, a relação estabelecida há anos entre o perfil socioeconômico de um habitante e a maneira como ele utiliza as vias da cidade permanece inalterada até os dias de hoje: quanto maior a renda cresce a mobilidade pessoal e o uso do automóvel é muito mais frequente. Junto dessa relação existe ainda o fato de que cada automóvel ocupa aproximadamente sete vezes mais espaço que uma pessoa andando a pé, e, portanto, percebemos que as vias não estão sendo igualmente usadas pela população.

Se somarmos a isso o atual estado do transporte público coletivo na cidade de São Paulo, é absurdo o tamanho do problema: a circulação e o

bom funcionamento dos ônibus são prejudicados todos os dias por diversos fatores, como a superlotação e o desconforto dos veículos, a inexistência de faixas exclusivas em pontos críticos da cidade, deficiências no pavimento, o trânsito, a baixa velocidade nas viagens. Pode-se, inclusive, questionar o real compromisso das empresas que dominam o setor com o mínimo de manutenção nos veículos e capacitação de seus funcionários. Quando se pensa que mais de 50% dos deslocamentos dentro da Grande São Paulo são realizados por transporte público - são aproximadamente 17 milhões de pessoas por dia¹⁰ -, fica um pouco mais fácil compreender o porquê do aumento das tarifas de passagem ter sido o estopim para a série de protestos que aconteceram.

Quem conhece e vive a realidade das grandes cidades brasileiras, especialmente na cidade de São Paulo, não estranhou, portanto, a amplitude e impacto das manifestações de junho de 2013. Os protestos foram, em última instância, resultado de um descaso em relação às questões urbanas que já vêm acontecendo há anos, e que, finalmente, conseguiram juntar forças para fazer as vozes da cidade serem ouvidas. Ermínia Maricato, no texto “É a questão urbana, estúpido!”, publicado no livro “Cidades Rebeldes” (2013), problematiza a condição em que as cidades se encontram, sua posição como local de reprodução do trabalho e a constante busca de lucros e juros que se têm como resultado das inúmeras relações de exploração que acontecem no espaço urbano.

Mas no Brasil é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades. Essa mesma cidade que é ignorada por uma esquerda que não consegue ver ali a luta de classes e por uma direita que aposta tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público. (MARICATO, 2013, s.p.)

Apesar de espaços como a Avenida Paulista terem, de fato, se configurado como espaços de manifestações sociais e protestos variados, entre os últimos dez a vinte anos, pouco se ouvia falar e noticiar, nacionalmente, dos movimentos sociais de grande porte no espaço urbano, ficando esses muito mais restritos às questões rurais e agrárias, que dominavam a cena de organização social no Brasil¹¹. Com o aumento da tarifa anunciada em junho de 2013, viu-se essa cena mudar e a população tomar as ruas das cidades. A primeira passeata, em 6 de junho e organizada pelos jovens do Movimento Passe Livre (MPL), reuniu cerca de 2 mil pessoas nas ruas de São Paulo. A partir dessa

data, a adesão popular só fez crescer, não só em São Paulo, mas em diversas cidades do Brasil.

Sob mudanças cotidianas, o movimento que durou cerca de um mês levou às ruas uma parcela importante dos jovens, principalmente estudantes universitários. As reivindicações escritas em cartazes feitos à mão foram uma marca importante dos atos de protesto demonstrando de modo cada vez mais forte, a diversidade de posições e pensamentos sobre a realidade urbana brasileira, assim como a ausência de uma direção única e de lideranças de movimentos sociais já conhecidos no cenário político, coordenando tais atos: por mais que fosse forte a atuação do MPL, não havia de fato uma figura única de poder dentro do movimento.

Com os primeiros atos das Jornadas de Junho, foi de grande importância a possibilidade que se viu aparecer de trazer novos ares à cidadania da população das grandes cidades do país – a ocupação dos espaços públicos partilha da construção de esferas públicas, transformando ruas e praças em lugares de discussão pública, influenciando a opinião pública. Os espaços da cidade passam a funcionar como grandes arenas de participação política. Além disso, é importante entender que a grande adesão dos jovens desde o início dos protestos não se deu de uma hora para outra, mas, pelo contrário, veio de uma construção de pensamento coletivo que já ocorria há algum tempo. No texto Será que “formulamos mal a pergunta?” (2013), de Silvia Viana, a autora relembra alguns movimentos de 2012, nos quais jovens saíram às ruas de São Paulo num movimento de ocupação e reivindicação dos espaços da cidade: foi o ato “Existe amor em São Paulo”, que reuniu cerca de 10 mil pessoas na Praça Roosevelt, no centro da cidade.

A partir do momento em que já se percebia um movimento de ocupação e apropriação dos jovens para com determinados espaços da cidade, como a Avenida Paulista, torna-se mais fácil pensar na busca da primazia do coletivo sobre o privado, questionando a crescente mercantilização dos serviços públicos e os valores que regem a sociedade e sua relação com a cidadania e o espaço urbano. Assim, muito do que se viu durante o começo das Jornadas de Junho foram discussões acerca da necessidade de uma profunda resignificação ou retomada do papel da cultura como capaz de redefinir os princípios que norteiam o crescimento e a vida nas (e das) cidades. As mobilizações sociais exigem que as necessidades básicas dos brasileiros sejam priorizadas e o uso do espaço urbano para tais mobilizações reforça a necessi-

dade de entendimento da relação de poder que a população tem com as cidades.

Apesar de observar em São Paulo a manutenção de um cenário de segregação urbana, a maneira como as manifestações de 2013 se iniciaram foi de fundamental importância para aproximar a população da capacidade de entender a lógica do espaço urbano e posicionar-se de maneira ativa em relação a ela, a partir da luta por maior autonomia na mobilidade urbana. Tem-se, portanto, como premissa básica que o uso do espaço urbano deve se aproximar de um cenário igualitário, democrático e socialmente justo, de forma a garantir aos cidadãos condições adequadas tanto de mobilidade no território quanto de apropriação do mesmo.

5. Embates pelo direito à cidade: cidadania insurgente e a reprodução da segregação urbana

Existe uma linha teórica, fundamentada pelo filósofo alemão Reinhart Koselleck, segundo a qual a sociedade estaria vivendo agora uma experiência de escassez de expectativas, uma experiência de um horizonte de expectativas decrescentes em relação ao futuro – que viria desde os anos 1970, como momento em que a sociedade começa a passar por um declínio dos ideais iluministas (ARANTES, 2014). Em seus estudos sobre passado e futuro, e na maneira como ambos constituem o tempo histórico, Koselleck fornece duas ideias centrais para a modernidade: um futuro inédito e um tempo passível de aceleração. Assim, ele observa um processo de emancipação do futuro em relação ao passado, de maneira que a modernidade passa a definir uma nova forma de relacionamento do homem com o tempo e, conseqüentemente, com a própria história. Esse novo contexto causaria, portanto, uma reorganização e inauguração de novas dinâmicas para os processos históricos, dentro do que o autor pontua como uma experiência contemporânea de urgência (ARANTES, 2014).

A partir da instauração desse novo momento, o que se viu durante as primeiras manifestações de junho de 2013, por exemplo, foi uma intensa tentativa por parte dos policiais, obviamente gerenciados por outros órgãos do poder público, de garantir o controle sobre os espaços da cidade, numa atitude de instalar seu poder e reafirmar a força sobre a cidade. Essa territorialização violenta, disfarçada de pacificação, e observada nas ruas durante os protestos, gera um processo de determinação de espaços de exceção “(...) antes restritos aos circuitos de relegação da pobreza estigmatiza-

da - (mas que) vazaram para a rua política ante a surpresa intolerável da desobediência recalcitrante e incivil” (ARANTES, 2014, s.p.).

Ou seja, por meio de estratégias de contrainsurgência, reverte-se o potencial de insurgência em ações subordinadas à estratégia do governo, assegurando a governabilidade urbana. A subordinação do conceito de democracia participativa pelos dispositivos de busca pela legitimação da governabilidade, que estão quase sempre em serviço do capital, ganha força no paralelo que se traça com a tese de James Holston, que define o processo de insurgência como uma

[...] ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta; insurgência não é uma imposição de cima para baixo de um futuro já organizado. Ela borbulha do passado onde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma irrupção. (HOLSTON, 2013, p.62)

Daí a importância de se ter tido, nas jornadas de junho, a tentativa de se consolidar um espaço de debate acerca da questão da mobilidade urbana, que se apresenta, hoje, de forma insustentável. O que se viu nas cidades brasileiras, e em tantas outras pela América Latina, é a consolidação de uma classe trabalhadora que passa a se inserir no contexto de cidadão e, destaca ele, cidadãos urbanos - já que esse novo cenário é alcançado não por lutas trabalhistas, mas em lutas pela própria cidade (HOLSTON, 2013).

Nesse sentido, ao enxergar manifestações populares como processos coletivos de construção de uma consciência política e social, nas manifestações de 2013 pode ser identificada uma dupla atitude por parte dos manifestantes: ao mesmo tempo em que se foi às ruas reivindicar o direito pela circulação e pelos espaços da cidade, antes disso, houve o entendimento da presença de uma injustiça social, que por sua vez, era a causadora dessa incompatibilidade entre a vontade de se apropriar da cidade, e os custos do transporte coletivo. Além disso, o que aconteceu em junho de 2013 foi visto como um evento de proporções inimagináveis e que deixou de ser uma simples manifestação para configurar uma espécie de ensaio geral de uma revolta popular cheia de reivindicações (ARANTES, 2014). Foi ainda colocado como o “maior protesto de massa da história brasileira, com esta peculiaridade igualmente divisora de águas, a de que ele foi rigorosamente autoconvocado, ao contrário de episódios altamente coreografados, como as Diretas Já ou os caras-pintadas” (ARANTES, 2014, s.p.).

De fato, existiu no início o engajamento de indivíduos e grupos que não possuíam, necessariamente, experiência com esse tipo de organização ou conjuntura, mas com a ocupação das ruas por essa população, a relação entre cidadão e cidade foi reforçada, tornando viável a possibilidade de mudanças e transformações. Entendendo-se que “os protestos de junho, pela amplitude e intensidade que alcançaram, revelam que esse equilíbrio não é inabalável. A difusão de uma alternativa utópico-realista rompe o marasmo da política sem questionamentos, de pactos consensuais, e abre espaço para polarizações propositivas” (PES-CHANSKI, 2013, s.p.).

O processo coletivo e participativo é o desafio que temos de enfrentar, nestes tempos de diluição do povo, cada vez mais obrigado a se preocupar com a sobrevivência e menos com as perspectivas de comunidade. Acredito que o tipo de movimento que estamos vivenciando talvez proponha algo novo mesmo neste conceito de Centro x Periferia, algo como a própria extinção desses dois extremos. E a tarifa zero carrega consigo esta possibilidade. (TERTSCHITTSCH, 2011, s.p.)

Apesar disso, a sequência de acontecimentos que se deram a partir de junho de 2013 demonstra que, por mais que o movimento tenha trazido consigo uma série de questões e vontades transformadoras da ordem urbana, o que se manteve em vigor foram as lógicas de segregação espacial. Por mais que se possa dizer que nada passou de um movimento sem raízes ideológicas bem definidas, com pautas esclarecidas, ou com força suficiente para trazer mudanças concretas para a questão urbana, o que se observa é a maneira como o uso não igualitário dos espaços da cidade se tornaram algo formador da sociedade, e que por mais que existam forças para questioná-lo, as lógicas capitalistas se mostram com mais potência.

Pode-se considerar, portanto, a importância da ação autônoma com uma estratégia clara, de maneira que se configura, a partir desse momento, não apenas um novo paradigma para as lutas sociais no país, mas um modelo de ação que une a política horizontalista e contracultural dos movimentos com um maduro sentido de estratégia - na qual a cidadania insurgente, a periferia, tenta cada vez mais encontrar seu lugar pelos espaços da cidade, a partir do redescobrimto da potência do coletivo. Mas que se, por exemplo, no início de 2015 a tarifa foi mais uma vez acrescentada, e desta vez não houve uma organização tão grande como em 2013, é preciso entender o que levou a esse

afastamento da população em relação à causa – e que isso talvez seja uma demonstração do poder que a cidadania entrincheirada ainda exerce sobre os espaços da cidade.

6. O movimento a partir de 2015: Novas apropriações, discursos e espaços

Durante as Jornadas de Junho, além de se colocar em pauta questões políticas e sociais do país, outro importante movimento que se observou foi a aproximação entre os manifestantes e atividades de ocupação e intervenção no espaço urbano – especialmente ao se analisar especificamente o caso da Avenida Paulista, que foi o grande palco de grande parte das manifestações em São Paulo.

A conquista da consciência sobre cidade como espaço de permanência e, principalmente, como um lugar de responsabilidade de cada um de seus moradores, abre novos debates ao inserir novos pensamentos e possíveis soluções para os problemas urbanos (OLIVEIRA, 2011). Ao se apropriar da cidade, torna-se mais fácil criar (ou fortalecer) a relação entre indivíduo e coletivo, e entre coletivo e espaço. Dentro desse cenário, a internet possibilita, entre outras coisas, que indivíduos (e esses coletivos) produzam e divulguem conteúdos, o que altera constantemente a relação, antes unilateral, entre usuários e os meios de comunicação.

A chamada comunicação de massa pessoal potencializa ações coletivas devido à facilidade de mobilização e divulgação proporcionada pelos meios digitais (CASTELLS, 2007). A relação entre as tecnologias de comunicação e manifestações populares vem acontecendo em grandes proporções e em uma série de países: a Primavera Árabe, no Oriente Médio; o movimento *We are the 99%*, nos Estados Unidos; e as Jornadas de Junho, com o movimento Passe Livre, no Brasil. Todos esses movimentos se deram na interface porosa entre ruas e mídias sociais, de maneira que se relacionavam, ao mesmo tempo, com a configuração midiática das redes sociais, como com a conformação sociocultural e política das ruas. E, em todos os casos, nenhuma das duas faces se manteria sem a existência da outra.

Por meio do compartilhamento em redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, esses arquivos tornam-se virais em poucos minutos, atingindo milhares de pessoas por todo o mundo – a informação produzida de forma individual voa por entre as redes de comunicação e ganha a escala global em um curto espaço de tempo. Tanto o material produzido pela grande mídia quanto essas informações

compartilhadas pela rede chegam ao leitor/espectador ao mesmo tempo, o que torna tudo mais interessante e desperta ainda mais a criticidade de cada um: tem-se o poder de filtrar, escolher e criticar tudo o que é veiculado por qualquer meio de comunicação.

Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social. (SAKAMOTO, 2013, s.p.)

Dentro do contexto atual em que vemos a centralidade da mídia como algo evidente e em constante crescimento, a internet também tornou possível a divulgação de opiniões muitas vezes contrárias às apresentadas pela mídia televisiva do país. Foi clara a maneira como os avanços nas tecnologias de comunicação facilitaram o engajamento e a mobilização social daqueles que fizeram parte dos protestos, de maneira que as redes sociais passavam por uma série de momentos, que iam desde a divulgação das datas dos encontros, até a reprodução de fotos e vídeos gravados pelos manifestantes. Ou seja, em momento algum a população ficou refém do que era divulgado pela televisão e pôde, portanto, exercer seu poder crítico frente ao que lhe era apresentado por essa série de mídias. Poderia a internet ser uma nova ágora, uma ágora virtual na qual a democracia representativa se reinventasse, onde uma infinidade de opiniões pudesse ser veiculada e, a partir desta, emergissem novas formas de participação e, acima de tudo, uma nova força capaz de combater a velha política oligárquica brasileira?

Fato é que, ao se utilizarem das redes sociais, os jovens além de reportar acontecimentos durante os protestos, também estavam praticando o exercício de articular e mudar seu olhar sobre o coletivo e sobre o espaço urbano. Durante todo o período das jornadas, observou-se uma troca de bolas constante entre o que era organizado através das redes e o que se dava nas ruas. Os maiores dias de protestos foram combinados, compartilhados e organizados por milhares de pessoas que estavam presentes no dia e que, por isso, deram aos eventos suas devidas proporções. Porém, essa articulação que funcionou tão bem durante esses movimentos, e em tantos outros pelo mundo, foi perdendo força gradualmente, até que, passados três anos desde 2013, o cenário tenha se tornado completamente outro.

O primeiro sinal dessa perda de potência foi o fato de que no começo de 2015 foi anunciado, mais uma vez, o aumento das tarifas de transporte público em várias cidades do país. Em São Paulo, o valor passou de R\$3,00 para R\$3,50¹² - o aumento proposto em junho de 2013 era de apenas 0,20 centavos. Além disso, logo no primeiro mês do ano foi anunciada uma série de aumentos em impostos que incidem na energia e no combustível, por exemplo, sem contar a crise hídrica pela qual passam as duas maiores cidades do país. E, mesmo com a chamada às ruas do MPL e com todos esses possíveis motivos para uma mobilização nacional, pouco tem-se visto acontecer. Em São Paulo alguns protestos contra o aumento das passagens foram organizados, mas nenhum deles contou com um alto número de participantes.

O que aconteceu em 2015 foi diferente não só pela contradição entre o alto número de possíveis reivindicações e o baixo número de manifestantes, mas também pela atuação de setores como a mídia e a polícia, aliados a uma alteração na importância das redes sociais. Por um lado, a polícia passou a agir de maneira muito mais repressora para com os manifestantes¹³, e por outro lado, pouco se noticia acerca das manifestações organizadas ou mesmo sobre a atuação da polícia - ao mesmo tempo em que nem mesmo governantes têm mostrado um posicionamento sobre esses protestos. As mídias sociais, por sua vez, por mais que ainda sejam um espaço de socialização e compartilhamento de ideias, assim como ainda servem como meios para promoção e organização de eventos e protestos, parecer não ter a mesma força de dois anos atrás.

Muito se pode especular sobre os possíveis motivos que fizeram com que o ciclo de manifestações de 2013 tenha perdido cada vez mais força em relação ao tema específico do transporte, apesar de ainda serem percebidos resquícios de seu acontecimento. Pode-se apontar o fato de que essas medidas, como o aumento da passagem em São Paulo, foram tomadas pelo governo durante o período de férias, quando grande parte dos jovens está ausente - mas os trabalhadores todos estão presentes... -, ou num momento em que a promoção das manifestações e o engajamento se tornam mais difíceis; ou ainda que a grande questão seja a perda de esperança por parte da maioria dos manifestantes de junho, afinal de contas, milhões de pessoas saíram às ruas para que o aumento da tarifa fosse revogado por um pouco mais de um ano, voltando em 2015 ainda maior do que em 2013. Pode-se, inclusive, questionar o verdadeiro

caráter apartidário das manifestações de junho, uma vez que, passadas as eleições e a manutenção do PT no governo federal, e do PSDB no estadual (em São Paulo), não havia mais grande mobilização. E, ainda, as atitudes tomadas por prefeitos, governadores, e pela própria presidente em 2015 foram bem diferentes daquelas tomadas em ano eleitoral.

Nesse sentido, o olhar dos sociólogos Ève Chiappello e Luc Boltanski no livro “O novo espírito do capitalismo” (2009) parece fazer sentido quando se pensa a maneira como o caráter dos movimentos de junho foi rapidamente se transformando – até atingir o cenário atual de grande mobilização das elites conservadoras, e potencial perda de força dos movimentos contestadores. Para eles, o capitalismo é entendido como um sistema em constante mudança, movido justamente pelas críticas feitas a ele – por meio da incorporação e domesticação das críticas, justificam-se suas ações e confirmam-se suas lógicas de exclusão e degradação da sociedade. Assim, pode-se entender o ciclo de manifestações como um processo de apropriação das camadas conservadoras dos meios de manifestação surgidos com a cidadania insurgente, numa tentativa de retomada do poder e controle sobre as ruas e espaços da cidade. Nesse contexto, o caso da Avenida Paulista se torna bastante emblemático.

Uma das importantes conclusões parece, porém, referir-se a outra esfera de questões. Em junho de 2013, o grande salto no número de pessoas nas manifestações se deu pela ampla divulgação da ação da polícia, e de sua constante atitude de violência e repressão. Entre 2013 e 2015 as atitudes da polícia não pareciam ter se alterado muito, pelo contrário, o nível de violência que se viu durante as poucas manifestações do início de 2015¹⁴ foi ainda maior. O que a princípio parecia um movimento potente de tomada das ruas e dos espaços públicos das cidades se transformou quase que num campo de batalha entre os manifestantes e a polícia. Afinal, pode-se dizer que a população conseguiu se apropriar dos espaços da cidade, ou a polícia e o Estado têm transformado esses espaços em lugares cada vez mais perigosos e hostis?

As manifestações são momentos em que a população pode se fazer ouvida, sendo, acima de tudo, um exercício de liberdade de expressão. Uma vez que a ação repressora da polícia e do Estado entra em cena, todo o ciclo de conquista do espaço e de uma consciência social e política é quebrado. No final de 2013, São Paulo viu surgir os famosos rolezinhos - que muito rapidamente foram contidos pelas autoridades dos *shoppings* e pela própria polícia da cidade. Não foi esse também um exemplo

de como a repressão infringiu o direito da população de se expressar e se apropriar dos espaços da cidade? Num momento em que muito se fala sobre a necessidade de se respeitar o direito de expressão, pouco se fez em relação às problemáticas dos poucos protestos que aconteceram no começo de 2015. Apesar disso, no passar do ano, as conjunturas foram se alterando e novos atores entraram em cena, tomando as ruas de São Paulo.

É fato que por muito tempo - talvez desde o golpe que depôs Jango em 1964, que contou com o apoio das camadas médias urbanas - a direita brasileira não foi responsável por grandes mobilizações de massas, uma vez que suas opções estratégicas eram fundamentalmente antimobilizadoras (MELO, 2016). A intervenção militar em si foi resultado da vontade de conter as lutas sociais que tinham no governo de Jango a possibilidade de avanço. Em contraposição ao momento de organização social que marcou os anos 1980 com as lutas pela redemocratização, que teve repercussões até o movimento pela deposição de Collor, a direita dos anos 1990 se mostrou contrária às experiências de mobilização, caracterizando-as, muitas vezes, como atitudes do populismo.

A partir desse cenário, é interessante buscar o porquê de, nos últimos anos, a direita se mostrar tão rapidamente capaz de tomar as ruas. Um dos possíveis motivos da recente mobilização pode ter relação com o fato de que a direita também participou das Jornadas de Junho, em 2013 (MELO, 2016). Sabe-se que, a princípio, a mídia conservadora tratou os manifestantes como vândalos e arruaceiros, mas, a partir do momento em que a ação policial resultou em ataque a jornalistas, e conseqüentemente, ao aumento de solidariedade ao movimento, essa mídia se viu forçada a apoiar os manifestantes. “Por isso, o decisivo não foi a violência, tão ‘natural’ contra trabalhadores organizados, e sim sua ‘apropriação’ pela imprensa” (SECCO, 2013, s.p.).

Se no começo o que se ouvia nos telejornais era “baderneiros e vândalos”, após o quarto ato de São Paulo, com a participação de milhares de pessoas, os discursos se alteraram para “um exercício de cidadania”, “atos pacíficos”, “um pequeno número de vândalos”, “uso excessivo da força”. Ou seja, rapidamente a mídia reviu suas opiniões e reconstruiu suas análises a fim de “ficar do lado” daqueles que lhe interessam momentaneamente - quase uma tentativa de assumir o protagonismo do movimento.

Isso fez com que, aos poucos, durante as próprias manifestações de 2013, uma multidão com

as cores da seleção de futebol, entoando o hino nacional e gritando pelo fim da corrupção, ganhasse força. Assim, “a direita se misturou à massa popular e disputou a direção do processo com a ajuda preciosa da mídia, que elevou à enésima potência a histeria contra partidos de esquerda e, mais importante de tudo, lhe deu uma agenda” (MELO, 2016, s.p.). Entretanto, é possível perceber que, apesar de possuírem visões e projetos distintos, tanto os protestos de 2013 quanto os de 2015 só foram possíveis em função de uma abertura sociopolítica que fez surgir novos espaços e atores que levaram os conflitos no espaço público a uma contestação coletiva - que ressurgiu no cenário nacional a partir das massivas mobilizações de junho de 2013.

Uma vez que os espaços de questionamento e manifestação foi aberto, tornou-se mais próximo da direita paulista¹⁵ o uso da mobilização popular como meio de apresentar suas próprias reivindicações, sem necessariamente manter vínculos ideológicos com as manifestações originais (BRIEN-GEL; PLEYERS, 2015). O fato da votação presidencial de 2014 ter dado à Dilma Rousseff uma vitória apertada, fez crescer o clima de instabilidade que foi sendo constantemente alimentado por setores da oposição. E é justamente nesse momento em que a Avenida Paulista retoma seu protagonismo, dessa vez com os novos agentes de mobilização social: em São Paulo, cerca de 2.500 pessoas¹⁶ se reuniram na Paulista para manifestar contra a vitória da presidente Dilma Rousseff; a manifestação foi marcada por gritos que pediam, entre outras coisas, o impeachment da presidente e a maior militarização da Polícia Militar.

Os gritos da direita, em protesto contra o Governo Federal, potencializaram a “onda verde-e-amarela” das manifestações fazendo surgir uma forma orgânica de “nova direita” pós-2013. O resultado é que, em 2016, o protesto organizado por esse grupo foi considerado o maior ato político da história de São Paulo, com a participação de 500 mil pessoas, pedindo o impeachment de Dilma¹⁷. É evidente a transformação pela qual a Paulista passou de 2013 para 2016: se antes foi o espaço das manifestações pelo passe livre, pelo direito à cidade e democratização do transporte e dos espaços urbanos, em 2016, quem ganha a avenida são os discursos da elite paulistana, contra o Governo Federal representado por um partido dito de esquerda.

Nesse sentido, talvez a grande materialização da Paulista como um espaço da elite de direita de São Paulo, no contexto das recentes manifestações,

é o edifício sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, que se tornou ponto de acampamento de cerca de 200 pessoas favoráveis ao impeachment¹⁸. Durante as mais de quarenta horas que o acampamento ocupou as calçadas da avenida, não houve qualquer registro de atrito com a Polícia Militar, que em nenhum momento teve qualquer atitude agressiva ou violenta - a retirada das barracas, por exemplo, foi realizada com o uso de jatos de água. Existe uma grande diferença para com a maneira como a PM interagiu com manifestantes do MPL durante um ato realizado a pouco mais de dois meses do período do acampamento: sob a justificativa de que o direito à manifestação não deve impedir o direito de ir e vir da população, o ato foi reprimido, os manifestantes revistados e dispersados por meio do uso de bombas de efeito moral e *spray* de pimenta¹⁹.

A maneira como a PM, ou seja, o governo Estadual, agiu em relação aos diferentes grupos manifestantes revela que o direito sobre os espaços da cidade ainda não está posto de forma igualitária. O protagonismo da Avenida Paulista nas recentes manifestações demonstra que esse espaço ainda está fortemente ligado à identidade da elite paulistana, que tem aquele como seu espaço de convivência e poder. Dessa maneira, por mais que a avenida ainda seja um dos maiores símbolos da cidade e, de fato, se concretize como um espaço de grande diversidade social e cultural, ainda existe um grande atrelamento entre essa região das cidades e classes sociais mais altas - com ideais mais conservadores, muitas vezes ligados à direita.

Se a Avenida Paulista se constitui como símbolo da cidade moderna nas disputas que se travam pelos seus espaços, em seus confrontos, em seus debates (LIMENA, 1996), então ainda há que se lutar para que a avenida, parte da identidade de toda a metrópole, se constitua, verdadeiramente, como um espaço democrático onde o debate político e social seja sempre vivo, independentemente de qualquer coisa.

7. Considerações finais

Ao traçar a maneira como a Avenida Paulista foi sendo transformada e apropriada pela população, desde o momento de sua criação, pode-se perceber sua importância dentro do cotidiano paulistano. Idealizada como novo grande lugar de residência da elite, a avenida representou a maior materialização da modernidade da história São Paulo - foi expressão e modelo da eficiência e racionalidade produtiva, anunciando a

cidade do futuro. Mais do que isso, a Paulista se tornou símbolo dos novos modos de liberdade que faziam parte do imaginário da cidade moderna e “ainda que seus padrões se opusessem frontalmente aos valores e práticas sociais da classe trabalhadora, esses elementos tinham por função a difusão de novos valores para uma sociedade que se modernizava” (LIMENA, 1996, p.71).

Ao passar dos anos, novas práticas espaciais e temporais romperam com antigos referenciais e trouxeram novos significados para a Paulista, sendo que, especialmente a partir de 1980, ela começa a ser especialmente usada como espaço de protestos populares, manifestações sociais e políticas. Por meio de um processo de identificação com a avenida, e da identificação dela como a representação da metrópole em si, diversos grupos sociais se apropriaram da Paulista como espaço de manifestação e expressão de ideais e reivindicações. Foi o que aconteceu com os caras-pintadas em 1992, com os diferentes momentos das manifestações de 2013 - primeiro contra o aumento da tarifa do transporte e num segundo momento, com a inclusão de uma série de outras reivindicações e novos agentes participando dos protestos -, e o que acontece em 2016, com as manifestações anti-governo.

Observa-se, a partir da sequência histórica desses grupos que se apropriaram da avenida como espaço de manifestação ideológica, uma aparente continuidade das desigualdades no uso e ocupação dos espaços urbanos. Os recentes meios de apropriação da avenida demonstram uma tendência de permanência da característica elitista da inserção da Paulista na cidade. A maneira, de certa forma, privilegiada com a qual os manifestantes conservadores dos protestos de 2016 foram tratados - pela polícia, pelos moradores da região e donos de estabelecimentos comerciais e de serviços, pelos próprios governantes, etc - demonstra que a força da imagem de uma avenida das elites, assim como ela foi idealizada em sua fundação.

Por esse motivo, as Jornadas de Junho de 2013 se apresentam como um momento paradigmático no que diz respeito às relações entre população e cidade, trazendo à luz a possibilidade de aproximação entre atividades cotidianas, ação política e apropriação da cidade - o que já estava, há tempos, sendo deixado de lado por grande parte da sociedade. O questionamento acerca da mobilidade urbana mostrou como a dificuldade dos deslocamentos na cidade gera um problema insustentável, cuja resolução é fundamental para o contexto atual - já que, muitos desses deslocamentos se relacionam com os jogos de significação e ressignificação que

se dão pela cidade. Enxergar a cidade como espaço de permanência e, principalmente, como um lugar de responsabilidade de cada um de seus moradores, abre debates ao inserir novos pensamentos e possíveis soluções para os problemas urbanos.

Dessa maneira, toma-se consciência da importância dessa onda de manifestações pela qual São Paulo passa como mais uma etapa do processo de aproximação entre população e cidadania, ao mesmo tempo em que reafirma as necessidades de se pensar a cidade e, conseqüentemente, os deslocamentos dentro dela. A partir dessa aproximação, os conflitos urbanos se tornam mais inteligíveis, e fica claro o contexto do embate entre a cidadania consolidada e a cidadania emergente, como aponta James Holston, que, em junho, culminou numa das maiores mobilizações sociais já vividas no país. Assim como os atos anti-governo de 2016 reforçam ainda mais o embate pelos espaços da cidade, dentre os quais a Avenida Paulista se mostra como referencial. A forma como esses dois momentos - 2013 e 2016 - se colocam na história de São Paulo, permite uma importante interpretação acerca do caráter ainda não igualitário da cidade e de seus espaços e, portanto, da necessidade de questionamento desses paradigmas.

As Jornadas foram capazes de abrir caminho para um imenso leque de possibilidades que podem delas derivar e incorporar às práticas de organização social no país e da redução das desigualdades sociais e espaciais no contexto da cidade, introduzindo novas formas de produção do espaço urbano. Mas como mostram as recentes experiências, esses processos não são simples, e nem estão livres de ações do Estado e do próprio capital - existem outros tantos exemplos que podem ser citados como manifestações de apropriação da cidade que, a princípio se mostravam espontâneas, mas que passaram por processos de institucionalização e objetificação por parte de Estado e capital, como o que aconteceu com os *parklets* e *food trucks*.

O importante é que, aos poucos, percebem-se movimentos vindos da própria população, por maior liberdade, poder e direito sobre as cidades, entendendo que as diversidades e diferenças podem (e devem) encontrar nos espaços públicos, locais democráticos, onde há espaço para tudo e todos. “Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (HARVEY, 2013, s.p.).

Referências bibliográficas

- ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades*. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/Da-Anti-Reforma-Urbana-brasileira-a-um-novo-ciclo-de-lutas-nas-cidades-/38/29523>>. Acesso em ago. 2014.
- ARDITI, Benjamín. Las insurgencias no tienen un plan - ellas son el plan: performativos políticos y mediadores evanescentes. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v.1, n.2, p.1-18, 2013.
- AZEVEDO, Aroldo de. *São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.30, n.88, 2015.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- _____. Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *Novos Estudos - CEBRAP*, n.98, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000100002>. Acesso em ago. 2016.
- CASTELLS, Manuel. Communication, Power and Counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication*, p.238-266, 2007.
- FRÚGOLI Jr, Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- _____. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2000.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. *Urbânia*, n.3, p.11-18, 2008. Disponível em: <<http://urbania4.org/wp-content/uploads/2010/10/revista-urbania-3.pdf>>. Acesso em ago. 2016.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: *Cidades rebeldes*. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013 [edição digital].
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Documentos Ltda, 1969.
- LIMENA, Maria M. Cavalcanti. *Avenida Paulista:*

imagens da metrópole. São Paulo: EDUC, 1996.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: *Cidades rebeldes*. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. [edição digital]

MELO, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. *A onda conservadora - ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. [edição digital]

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n.5-6, p.134-150, mai-dez. 1997.

MUSSI, J. Z. *O espaço como obra: ações, coletivos artísticos e cidade*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. A cidade tecida pela cultura; a cultura tecida pela cidade. *Pontourbe - revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, n.9, 2011. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1806>>. Acesso em abr. 2016.

PEREIRA, Paulo César Xavier. *São Paulo: a construção da cidade, 1872-1914*. São Carlos: RiMa, 2004.

PESCHANSKI, João Alexandre. *O transporte público gratuito, uma utopia real*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRADO JR., C. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das letras, 2012. p.101-121.

SECCO, Lincoln. *As jornadas de junho*. In: *Cidades rebeldes*. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. [edição digital]

SAKAMOTO, Leonardo. *Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas*. In: *Cidades rebeldes*. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. [edição digital]

TERTSCHITSCH, Daniel Guimarães. Deslocamento é lugar. *Urbânia*, n.4, 2011. Disponível em: <<http://urbania4.org/2011/02/14/deslocamento-e-lugar/>>. Acesso em ago. 2016.

Notas

1. Aluna de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - jlpopes.arq@gmail.com
2. Termo que se tornou referencial a partir do livro Cidade Partida (1994) de Zuenir Ventura, que traça a ideia de separação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro entre

favela e não-favela, consolidando conceitos que norteiam o imaginário e as representações sociais da cidade do Rio de Janeiro do século XX.

3. Nesse período, a expansão da força de trabalho na cidade de São Paulo é bastante rápida e o crescimento demográfico acelerado. Em 1890, a população passa de 64.934 habitantes para 239.820 e, nos vinte anos seguintes, o número chega a 600.000 habitantes (LIMENA, 1996).

4. A alteração na legislação em 1952, autorizando o funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços, foi fundamental para o processo de transformação da Paulista, reforçando sua nova imagem como símbolo da metrópole moderna verticalizada (LIMENA, 1996).

5. Em 2014, o fenômeno que conhecido como rolezinho ganhou ampla visibilidade nacional, quando adolescentes das periferias urbanas que se reuniam em grande número para passear nos shopping centers de suas cidades. Em São Paulo, como em várias cidades do país, esses eventos geraram apreensão nos frequentadores dos shoppings de elite, inflando o debate sobre a dificuldade de democratização do espaço público, em cidades tão segregadas como as brasileiras (CALDEIRA, 2014).

6. A primeira manifestação na Avenida Paulista data de 1976, quando boiadeiros reagem às suas condições de trabalho (LIMENA, 1996).

7. Ver Entrevista com Lindberg Farias, publicada no caderno Folha-teen em 28/6/1993.

8. Até então, a maioria das manifestações de grande adesão e participação popular que aconteciam em São Paulo, aconteciam na região central da cidade, entre a Praça da Sé e o Vale do Anhangabaú.

9. Expressão utilizada por Pedro Fiori Arantes, em seu texto Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades, publicado originalmente no site CartaMaior em 12/11/13.

10. Dados retirados da Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo, realizada em 2012, pelo metrô de São Paulo em parceria com o governo do Estado.

11. Apesar de o Movimento Sem Teto, por exemplo, atuar na cidade desde a década de 90, nunca alcançou o nível de exposição midiática que as Jornadas conseguiram.

12. Ver Prefeitura de São Paulo reajusta tarifa de ônibus para R\$3,50, publicada no Estadão, em 26/12/2014.

13. Ver “Não houve confronto, mas a ação da PM contra o ato”, diz membro do MPL, publicada na Folha de São Paulo, em 09/01/2015.

14. Manifestações organizadas pelos mesmos grupos (especialmente o MPL) e com as mesmas pautas das manifestações de 2013.

15. Entende-se nesse caso, os movimentos de direita marcados pela majoritária participação da elite paulistana conservadora.

16. Ver Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo, publicada na Folha de São Paulo em

01/11/14.

17. Ver Protesto na av. Paulista é o maior ato político já registrado em São Paulo, publicada na Folha de São Paulo em 13/03/16.

18. Ver Acampamento na avenida Paulista reúne cerca de 200 manifestantes, publicada na Folha de São Paulo em 19/03/16.

19. Ver PM usa jatos de água para tirar manifestantes anti-Dilma da Paulista, publicada no Portal UOL em 18/03/16.